
**COOPERATIVISMO RURAL E HEGEMONIA DO PATRONATO
RURAL NO BRASIL: (1969-1990)****RURAL COOPERATIVISM AND HEGEMONY OF RURAL
ENTREPRENEURS IN BRAZIL: (1969-1990)****COOPERATIVISMO RURAL Y HEGEMONÍA DE LOS
EMPRESARIOS RURALES EN BRASIL: (1969-1990)**

Pedro Cassiano Farias de Oliveira¹
pcfo@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o cooperativismo rural a partir da década de 1970 reproduzido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Esse modelo cooperativista diverge em muito em sua origem e ideais originais, defendemos, portanto, a tese de que essa doutrina cooperativista foi crucial na construção da “nova” hegemonia ruralista (MENDONÇA, 2010). Através da análise de documentos oficiais da OCB e da bibliografia especializada sobre o tema tentaremos empreender um panorama da dimensão política do cooperativismo. Por fim, veremos como esse tipo de cooperativismo alinhou-se com a política de extensão rural realizada pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que configurava-se como uma das principais políticas agrícolas nessa quadra histórica.

Palavras-chave: Cooperativismo. Patronato Rural. Extensão Rural.

ABSTRACT

This article aims to analyze rural cooperativism from the 1970s reproduced by the Brazilian Cooperatives Organization (OCB). This cooperative model differs to the original ideals, because defend the thesis that this cooperative doctrine was crucial in the construction of the landlord's hegemony (MENDONÇA, 2010). Through the analysis of official documents and the specialized bibliography, we will try to understand the dimension of the cooperativism policy. Finally, we will see how this type of cooperativism alianced with the policy of rural extension carried out by the Brazilian Company of Technical Assistance and Rural Extension (EMBRATER), which was configured as one of the main agricultural policies in this historic quarter.

Keywords: Cooperativism. Landlord. Rural Extension.

¹ Doutor em história social pela Universidade Federal Fluminense, professor do Colégio Pedro II.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el cooperativismo rural de la década de 1970 reproducido por la Organización de Cooperativas Brasileñas (OCB). Este modelo cooperativo difiere mucho en su origen e ideales originales, por lo que defendemos la tesis de que esta doctrina cooperativa fue crucial en la construcción de la “nueva” hegemonía ruralista (MENDONÇA, 2010). A través del análisis de los documentos oficiales de la OCB y de la bibliografía especializada sobre el tema, intentaremos hacer un repaso de la dimensión política del cooperativismo. Finalmente, veremos cómo este tipo de cooperativismo se alineó con la política de extensión rural llevada a cabo por la Empresa Brasileña de Asistencia Técnica y Extensión Rural (EMBRATER), que se configuró como una de las principales políticas agrícolas en este histórico barrio.

Palabras clave: Cooperativismo. Tierratenientes. Rural Extensión.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que a origem do modelo de organização da produção cooperativista possui raiz na resistência contra o capitalismo. Surgido na Europa no século XVIII, esse modelo emergiu como uma resposta das classes proletárias diante da intensa e inumana exploração dos trabalhadores exercida de forma irrestrita pela burguesia industrial, em sua maioria, durante o período da Primeira Revolução Industrial (RIOS, 2017). A cooperativa de tecelões de Rochdale em 1844 é o ponto de partida da história do cooperativismo, que ganha o mundo em novos contornos, afastando-se de sua origem. O agrônomo russo Alexander Chayanov em “*The theory os peasant co-operatives*” (CHAYANOV, 1991) assegurava que o cooperativo aplicado no campo poderia ser uma alternativa valiosa para a sobrevivência do campesinato frente ao capitalismo, pois a desigualdade competitiva entre as unidades familiares e as empresas e grandes corporações de alimentos no mercado aniquilariam os camponeses. Assim, o empreendimento cooperativista ajudaria na horizontalidade e controle de todo o processo produtivo da produção agropecuária e se tornaria um importante passo para a construção do socialismo na Rússia.

Atualmente, no Brasil, o modelo cooperativista no campo pode ser visto como uma forma de tangenciar as relações de superexploração, ou mesmo da completa extinção de pequenos produtores rurais, imprimindo o caráter de resistência original de sua história. Contudo, é importante ressaltar que o modelo cooperativista aqui estudado, implantado ainda no século passado, foi e reinterpretado à luz das classes dominantes, sendo introduzido pelos agrônomos ainda começo do século XX, no que podemos chamar de

cooperativismo empresarial rural. Traçar a história do cooperativismo no Brasil de forma linear é cair na armadilha do pensamento teleológico e forçar uma continuidade aparente.

Sem dúvida tal áurea de resistência possui um sentido fundamental na construção de uma dominação permanente que passa, necessariamente, pela elaboração de consenso entre os dominados. Dessa forma, o cooperativismo é apresentado como a alternativa e, algumas vezes, superação do capitalismo, imprimindo uma suposta distinção do agronegócio e/ou de outros modelos de produção capitalista no campo. Em suma, a dialética do cooperativismo empresarial rural operava na contradição entre uma aparência de superação das relações capitalistas e uma essência de organização do trabalho de cunho capitalista (MENDONÇA, 2002).

O objetivo desse trabalho é analisar a organização do cooperativismo rural no Brasil no período de 1970-90. Partimos da hipótese de que a doutrina cooperativista disseminada pela OCB serviu para a produção da hegemonia dos setores do patronato rural no Brasil no viés ideológico, disputando com os movimentos sociais do período e imprimindo uma áurea democrática ao modelo cooperativista.

Devemos deixar claro também que a opção teórica defendida não possui uma concepção do Estado como *sujeito* da ação política, tampouco como *objeto* de um determinado grupo. Entendemos que a noção de Estado deve ser compreendida no seu sentido Estado ampliado, ou integral. Essa definição foi desenvolvida pelo marxista sardo Antonio Gramsci cujos escritos do Caderno do Cárcere contém as principais linhas de desenvolvimento de sua teoria (GRAMSCI, 2011). Em linhas gerais, o Estado é entendido como uma relação *orgânica* entre dois âmbitos da sociedade: a civil e a política. No plano da sociedade civil encontramos agências organizadas através de adesões voluntárias, de acordo com a posição de classe no processo produtivo, conhecidas como aparelhos privados de hegemonia, ou partidos (no sentido amplo do termo). No domínio da sociedade política encontram-se as instituições propriamente estatais, ou “públicas”, também designada como Estado restrito. A escolha da noção de Estado ampliado como alicerce teórico impõe ao pesquisador uma escolha de ordem *metodológica* singular. Entendemos que para a compreensão do cooperativismo rural em sua dimensão política faz-se pertinente entender

sua vinculação às entidades da sociedade civil bem como sua reverberação na sociedade política.

É por isso que nosso debate focará o cooperativismo empresarial rural – que chamaremos daqui em diante apenas de cooperativismo – disseminado intensamente pelas Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB) a partir da década de 1970, constituindo-se como uma das principais estratégias de construção da hegemonia do patronato rural nessa quadra histórica e apresentaremos uma seção dedicada a entender sua relação com a política de extensão rural gerida pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

CONTEXTUALIZANDO O DEBATE SOBRE COOPERATIVISMO RURAL

A historiadora fluminense Sonia Regina de Mendonça afirma que o cooperativismo foi introduzido no Brasil por alguns agrônomos ainda no início do século XX como superação das relações capitalistas no campo.

Construída por antagonismos às noções de isolamento e dispersão, a suposta ação transformadora imputada pelos autores à cooperativa via-se respaldada pelo desejo de superar as desigualdades e injustiças sociais vigentes na agricultura e atribuídas aos efeitos nocivos do latifúndio injusto e dos intermediários comerciais (MENDONÇA, 2002, p. 31).

Mendonça afirma ainda que o embate para formalizar uma diretriz do cooperativismo no Brasil no período de 1903 a 1945 foi intenso, sendo constituído uma verdadeira “guerra de posição” entre os distintos projetos que geraram, nesse período, nada menos que sete decretos-leis (Ibidem, p. 41-44). Após a II Guerra Mundial (1939-1945), no Brasil, a doutrina cooperativa hegemônica passou a ser sinônimo de organização empresarial e passaria a dominar importantes ramos da produção, sobretudo para abastecimento alimentar, sofrendo, portanto, uma profunda ressignificação do discurso de combate à desigualdade e ao latifúndio.

Após o golpe empresarial militar de 1964, o campo brasileiro estava amordaçado politicamente, as principais organizações dos camponeses² – as Ligas Camponesas e a

² O termo camponês aqui é utilizado no sentido de identidade política coletiva assumida pelos trabalhadores e trabalhadoras no campo a partir da década de 1950 no Brasil e não no sentido de referência ao modo de

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) entre outras de dimensão regional – foram aniquiladas, seus dirigentes foram presos, mortos ou desapareceram. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), sindicato rural oficial, encontrava-se sob intervenção (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011). Assim, o terreno estava completamente devastado e pronto para receber a semeadura da modernização agrícola, constituída pelo aprimoramento técnico e tecnológico. Nesse sentido, a evocação do aumento da produtividade, da racionalização da produção e a tônica do discurso do desenvolvimento econômico eram as principais diretrizes da modernização conservadora da agricultura (SILVA, 1981) que enterrou o modelo de reforma agrária anterior ao golpe³.

Ainda na década de 1960 surgiram as duas principais agremiações representantes das principais cooperativas empresariais: Aliança Brasileira Cooperativa (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), além das organizações estaduais, com destaque para as organizações de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A disputa entre essas duas agremiações pela representação oficial das cooperativas no âmbito nacional teve uma solução *sui generis*: o Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima⁴, criou por decreto uma nova entidade que reuniu as duas entidades nacionais pondo fim ao conflito (MENDONÇA, 2010, p. 184). Assim, em 1969, foi criada a OCB, cuja hegemonia interna seria das frações dominantes de São Paulo, ligadas à União das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ucesp) e à Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo (Acapesp)⁵. Um ano após a fundação da organização seria criada a Organização das

produção pré-capitalista. Assim, o termo abrange diversas modalidades de relação de trabalho e propriedade – pequenos proprietários, meeiros, parceiros, arrendatários etc.

³ É importante lembrar que a promulgação do Estatuto da Terra em 1964 não correspondeu em nada as pautas e propostas de reforma agrária e para a política fundiária debatida nos anos 60 pelos movimentos sociais. Regina Bruno afirma que desde sua primeira formulação do anteprojeto em abril de 64 até sua aprovação em novembro do mesmo ano, houveram nada menos do que quatorze versões do texto que foi completamente esvaziado das reformas da proposta inicial do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret). (BRUNO, 2013)

⁴ Agrônomo e Pecuário foi presidente da FARSUL de 1968 a 1969. Integrou o Conselho Superior da SNA. Foi Ministro da Agricultura de 1969 a 1973 e, posteriormente, diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC). Atualmente é presidente de honra da Associação Brasileira de Criadores de Gado Devon (ABCD).

⁵ O processo de cooperativização em São Paulo foi muito semelhante ao caso do Rio Grande do Sul estudado por Benetti, ou seja, as cooperativas empresariais paulistas eram grandes empresas rurais geridas por grandes proprietários.

Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) que uniu a Ucesp e a Acapesp, fortalecendo representatividade e poder paulistas da OCB.

O trabalho de Maria Domingues Benetti (BENETTI, 1982) apresenta a formação das principais cooperativas empresariais de trigo e soja no Rio Grande do Sul – a Cooperativa Triticola Serrana LDTA (COTRUJUI) e a Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo (COTRISA) – além da origem da Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul (Fecotrigo). Benetti ressalta que a tentativa de industrialização – extração do óleo de soja e a moagem da produção de trigo – foram os objetivos originais das cooperativas empresariais na década de 1960. Contudo, essas cooperativas quase não sobreviveriam devido às desvantagens comparativas para um cooperado naquele momento, isto é, era mais lucrativo economicamente exportar a soja e moer o trigo nas moendas que já existiam. Esse cenário só mudaria depois de uma intensa campanha por parte das cooperativas junto aos produtores do Rio Grande do Sul, além da mudança da política agrícola que ocorreu na década de 1970 graças a representantes das cooperativas em órgãos do governo do estado do Rio Grande do Sul:

[...] as cooperativas tornaram-se atrativas ao produtor, à medida que foram consolidando uma série de vantagens não-monetárias, como a prestação de assistência técnica e creditícia direta – é o caso das compras em sua seção consumo, que poderiam ser pagas por ocasião da safra – e indireta, quando repassava o crédito bancário à lavoura (Ibidem, p. 68).

Outra questão importante abordada por Benetti é a mudança no estatuto das cooperativas na década de 1970 que tornou possível seu empresariamento.

A leitura dos trechos apresentados [dos Estatutos das cooperativas] permite observar, ainda, que passa a existir uma separação entre cooperativa e associado. Agora a cooperativa atua em nome do produtor assim como em seu próprio benefício. Esse ponto é, com efeito, mais do que um detalhe e, em nosso entender, marca o nascimento da cooperativa como uma empresa em sim mesma, com objetivos econômicos próprios, sem deixar, contudo, de buscar servir ao associado. Nesse aspecto, deixa de ser a cooperativa tradicional (característica da década de 60), aproximando-se a uma empresa qualquer (Ibidem, p. 76).

O trecho afirma que o processo de desvinculação da direção das cooperativas de seus cooperados garantiria uma autonomia da cooperativa enquanto ente econômico e

separado dos interesses diretos dos seus participantes. As assembleias tornaram-se meras formalidades, a gerência e os cargos administrativos das cooperativas foram sendo ocupados por profissionais especializados e não mais por cooperados.

De modo geral é possível afirmar que as trajetórias e origens das cooperativas no país variam conforme a região e o tipo de cooperativa. Em outras palavras, a origem das cooperativas do Nordeste não é idêntica as trajetórias das cooperativas do Sul do país. Contudo, a união das organizações da sociedade civil como Mendonça (2010) revela o fenômeno do cooperativismo e o seu empresariamento, conforme está descrito por Benetti (1992), não é um fenômeno isolado, mas antes uma mudança generalizada na correlação de forças e na estrutura cooperativa que, por sua vez, está intimamente ligado à modernização da agricultura e a necessidade de encontrar estratégias de integrar as cadeias produtivas, predominando o modelo de cooperativismo propagado pela OCB. O impacto do ajuste das placas tectônicas na sociedade civil reverberou na sociedade política como pode ser comprovado pela aprovação da lei nº 5.764 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional do cooperativismo. A lei definia as competências do poder público e diretrizes de promoção do cooperativismo. Mesmo se tratando de uma política que abrangia diversos tipos de cooperativa – crédito, serviços, agrícola etc. – existe diversos parágrafos que abordam especificamente sobre o cooperativismo rural como a autorização do Banco Central para a criação de cooperativas de crédito agrícola mista, isto é, entidades que poderiam exercer outras funções além da concessão de linhas de crédito como, por exemplo, assistência técnica, estocagem, entre outros. Mas o mais importante para nossa discussão encontra-se no “capítulo XVI” da referida lei onde consolida a OCB oficialmente como representante do sistema cooperativista, subordinando todas as associações e entidades locais de cooperativa – agrícolas ou não – a seu registro junto à organização e não para por aí (BRASIL, 1971).

Em 1974 a OCB ganharia novo fôlego com a injeção de recursos provenientes da nova lei de contribuição das cooperativas (MENDONÇA, 2010, p. 185-190) regulamentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) –

criado em 1970 para substituir o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁶.

O cadastramento e a contribuição específica para as cooperativas realizadas no Estado restrito pelo INCRA constituíram-se uma importante vitória da OCB devido à sua manutenção financeira. Mesmo sem representantes diretos da entidade no INCRA a OCB exercia grande influência no órgão. Sabemos ainda que a *Revista Nacional do Cooperativismo* (RNC), publicada no período de 1978 até 1981, era uma publicação conjunta da entidade com o instituto. No ano de 1975, o INCRA lançou os Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista (PIDCOOPs), com o intuito de melhorar a integração entre as cooperativas da região e racionalizar o desempenho administrativo. Esse projeto, segundo a reportagem extraída do jornal *O Globo*, contava com ampla participação das entidades da sociedade civil patronal e agências estatais, entre elas estavam a OCB e a EMBRATER. Enquanto a primeira dava o suporte logístico e especializado na doutrina cooperativista, a empresa de extensão rural daria assistência técnica e extensão rural diretamente às cooperativas e não mais aos produtores individualizados (O GLOBO, 03 out. 1975, p. 1).

Realizando um rápido mapeamento das demais agremiações patronais é possível identificar o alinhamento estreito em torno desta peculiar doutrina cooperativista. As principais entidades do patronato rural estimulavam e propagandeavam o cooperativismo no campo em suas publicações. Havia na revista *A Lavoura* da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) uma seção desde a década de 1970 denominada “Mosaico Cooperativista” que continha informações sobre ações cooperativistas e notícias relacionadas à política cooperativista de crédito entre outras. Nos periódicos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)⁷ havia uma seção semelhante da SNA intitulada “Painel Cooperativista”. Não há indícios de uma seção parecida na revista da Sociedade Rural Brasileira (SRB), contudo, sabemos que a entidade publicava matérias

⁶ Tanto o INDA quanto o IBRA foram criados a partir do Estatuto da Terra de 1964. Contudo, enquanto o INDA estava vinculado diretamente do Ministério da Agricultura, o IBRA estava vinculado diretamente à secretaria da Presidência. A bibliografia aponta que as ações deste último foram ínfimas em comparação com a proposta do referido estatuto (NATIVIDADE, 2012).

⁷ A Confederação oficial do patronato rural publicou de 1964 a 1973 a revista *Gleba*, mudando sua titulação para *A Força Verde* e, novamente, em 1978, passou-se a se chamar *Campo Verde*.

sobre o cooperativismo em seu periódico intitulado *A Rural*. A OCB constantemente alardeava na RNC o que eles chamavam de “consenso generalizado” da doutrina cooperativista:

Em Seminário sobre o cooperativismo de Crédito realizado no Rio de Janeiro em 1976, sob o patrocínio de vários credos religiosos, o padre Félix Neefjes, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], afirmou “o cooperativismo é sem sombra de dúvidas, um poderoso instrumento para a promoção humana e para uma integração participante na vida sócio-econômica (sic) de parte das camadas marginalizadas da sociedade”. Disse ainda que “o movimento cooperativista está a exigir uma colaboração maior e um apoio mais decisivo da parte da Igreja, em vista da participação histórica da Igreja na origem de várias cooperativas [...]” (RNC, jul./ago., 1980, p. 11).

Assim, a afirmação da historiadora Sonia Mendonça sobre a OCB ter se tornado, nesse período, a “nova hegemonia ruralista no Brasil” é inquestionável. A hegemonia da ideologia cooperativista só foi possível depois do rearranjo no âmbito da sociedade civil do patronato rural de um aparelho privado de hegemonia capaz de estabelecer o consenso e unir os projetos para o setor e de sua materialidade no Estado restrito formando políticas públicas.

Cooperativismo e classes subalternas

A OCB não somente estabeleceu a hegemonia entre as frações intraclasse dominante rural, como procurou ativamente seduzir setores subalternos das classes rurais no Brasil. Em matéria intitulada “*Um Brasil em pequenas, médias ou grandes fatias?*” a RNC trouxe um grande debate sobre a existência/resistência da pequena propriedade diante do processo de modernização da agricultura acelerado e se havia ainda espaço para esse tipo de produtor. A matéria garantia que o “progresso” sempre vitimou o pequeno produtor, pois:

Ela [a pequena propriedade] não consegue se capitalizar e acaba cedendo às pressões circundantes, tanto da crescente especulação de terras quanto das dívidas que são contraídas junto aos bancos para financiar a sua sobrevivência. Em regiões onde o capitalismo mais avançou, com São Paulo, este tipo de propriedade é praticamente inexistente. (RNC, set./out., 1980, p. 26).

A única solução da sobrevivência de pequenos produtores seria, ou a vinculação direta à produção capitalista intermediada por uma empresa industrial, como a Sadia, ou a Souza Cruz realizavam, sobretudo nas regiões Sul do país (RNC, set./out., 1980, p. 29), ou através da organização de cooperativas de produção:

Estaria a pequena propriedade fadada ao desaparecimento no país? A realidade mostra que não. A pequena propriedade apesar das dificuldades e dos atropelos, vem demonstrando possuir grande resistência, mesmo que para sobreviver acabe se integrando ao mercado capitalista. Ela ainda é grande responsável pela absorção de significativo volume de mão-de-obra no campo e também um dos fatores que ajudam a equilibrar o fornecimento de gêneros alimentícios para os grandes centros urbanos. Por outro lado, aos poucos vai encontrando formas de organizar em cooperativas e em torno de canais de reivindicação, aumentando o seu poder de pressão junto aos aparelhos da política econômica do governo. (Ibidem, p. 31).

A doutrina do cooperativismo defendida pela OCB era seletiva, isto é, sua proposta de cooperativização não era a solução para diversos segmentos subalternizados no campo e, portanto, vemos aqui que seu discurso destoava da prática. O debate em torno da criação de cooperativas de “boias frias”, em 1979, revela bem a seletividade nesse tipo de organização e a face hegemônica desse modelo de cooperativa. Em 1979, a OCB convocou uma reunião com representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e alguns acadêmicos para debater “*o difícil consenso*” sobre a organização das cooperativas de trabalhadores rurais (RNC, dez./jan., 1979, p. 26).

A polarização era a seguinte: a CNA e o BNCC, eram a favor da cooperativização generalizada, incluindo os “boias frias” e a CONTAG era contra. O assessor técnico da CNA, Santino Correia Queiroz, afirmava que os trabalhadores não queriam formar vínculo com as fazendas e, portanto, a cooperativa era um meio de melhorar o “poder de barganha” do trabalhador volante no momento de fixar sua remuneração. O secretário geral da CONTAG, Francisco Urbano de Araújo Filho, defendia que as cooperativas poderiam ser manipuladas a favor dos fazendeiros e que o único meio de organização eficaz para defender os direitos dos trabalhadores rurais era o sindicato. Além disso,

Urbano também destacou que as cooperativas de trabalhadores rurais mascaravam o problema maior dos baixos salários pagos pelos fazendeiros, da instabilidade do trabalho rural, sobretudo da insistência do grande produtor em não contratar por período fixo trabalhadores, preferindo utilizar as contratações de trabalho precarizadas:

Santino (CNA) – Estou de acordo com a criação dessas cooperativas. A CNA é a favor, desde que se corrija certas distorções que estão ocorrendo. Dessa forma, de nada adiantaria, porque tudo ficaria na mesma situação em que se está. Então, ter-se-á que fazer toda uma estrutura que garanta também esse homem como pessoa humana, seus direitos com o mínimo necessário para que ele possa viver com alguma dignidade. Não sei se a CONTAG estaria de acordo também.

Urbano (CONTAG) – Se os trabalhadores se organizarem por conta deles e derem o nome que quiserem, mas desde que sejam eles que o façam, pois vamos tentar fazer com eles sejam atuantes no sindicato. Mas, concordar com a cooperativa vertical – vinda do governo e do patrão – não iremos concordar nunca, principalmente no contexto nacional de hoje. A cooperativa não representa de fato o objetivo a que se propõe, pois o seu objetivo deveria ser elevar o nível de vida dos trabalhadores e da forma como foi proposta – de cima para baixo – visa garantir mão-de-obra barata para o empregador. [...]

Santino (CNA) – Pois a CNA estará de portas abertas para recebe-los [as cooperativas de trabalhadores rurais] lá.

Urbano (CONTAG) – Nós recebemos o convite com todo o prazer.

Santino (CNA) – Buscaremos uma solução para o problema, como também o pessoal aqui da OCB, porque tanto nós produtores como vocês, trabalhadores, precisam. O Brasil praticamente está começando hoje com cooperativas, e toda e qualquer esperança, toda e qualquer ajuda, mesmo que pequena, e a OCB está também praticamente começando, tudo isso será muito válido. E nós, empresários rurais, não podemos de maneira alguma viver sem um sistema de cooperativas, sob pena de passarmos por crises como a que estamos passando. (RNC, dez./jan. 1979, p. 31-32).

O representante do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Eugênio Giovenardi, colocou explicitamente o receio dos grandes produtores:

Realmente não me entra na cabeça porque, em havendo trabalho numa determinada fazenda para 50 pessoas permanentemente instaladas lá dentro essas pessoas não possam lá se instalarem. Eu vejo, evidentemente ali certos perigos por parte do proprietário da terra. Essas famílias podem encontrar uma forma de organização interna de pressão junto ao produtor, junto ao fazendeiro, e, pode ocorrer o que ocorre em muitas áreas: que a justiça seja feita pelas suas próprias mãos ou pelo grupo que habita a fazenda ou pelo

proprietário da fazenda. Isso tem ocorrido e não é novidade. (Ibidem).

Diante dessa polarização/apoio ao cooperativismo pelos representantes do patronato rural, o antropólogo e professor Moacir Palmeira, que estava presente como assessor da CONTAG na reunião, apresentou uma questão crucial para o debate: a intervenção do Estado nos sindicatos de trabalhadores rurais após o golpe de 1964 que engessou a atuação dos mesmos e desmobilizou a organização dos trabalhadores que se viram desassistidos tornando-se superexplorados.

Por exemplo, nós tivemos em 1971 e 1972 uma série de intervenções na área de Pernambuco e na mesma época foram 32 sindicatos de uma só vez, além da própria Federação do Ceará. Na Zona da Mata de Pernambuco, na área de maior miséria, que é a Mata Sul, o Sindicato de Palmares passou mais de cinco anos sob intervenção, em flagrante contradição com a lei, de que a intervenção não pode passar de 40 dias (Ibidem).

Assim, Moacir Palmeira colocou em xeque o argumento da falta de organização dos trabalhadores rurais e lançaria uma pergunta desconcertante:

Moacir (CONTAG) – Eu acho difícil a gente pensar em cooperativa apenas em termos de princípios, eu me pergunto o seguinte: será que essas distorções das cooperativas de mão-de-obra (sic) são causais? Será que isso não reflete uma maneira de um determinado sistema funcionar? (Ibidem).

Tentando responder a tal pergunta – que ficou sem resposta na transcrição do debate publicado na revista – recorreremos ao trabalho de Gilvando Leitão Rios sobre as cooperativas do Nordeste, nos anos 70, que destaca a dominação o funcionamento hegemônico dos grandes produtores nas cooperativas:

A longa permanência no cargo [de diretores das cooperativas] reflete um verdadeiro sistema de cooperação, malgrado a adesão formal à fraseologia democrática, sintetizada no princípio cooperativista “um homem, um voto”. [...] Queremos dizer com isso que o contraste entre a fraseologia democrática da Doutrina Cooperativista, adotada formalmente, e o comportamento efetivo de líderes autoritários e paternalistas é muito forte e gritante. O ritual das eleições [...] preenche então funções opostas às

declaradas. Longe de exprimir um processo de participação, significa ao contrário a legitimação de tradicionais dominações. (RIOS, 2017, p. 32).

Dessa forma, não foi sem sentido, ou desproporcional, a desconfiança dos representantes da CONTAG na formação de cooperativas de trabalhadores rurais, como não parecia desinteressada, ou altruísta a defesa da CNA do cooperativismo dos “boias frias”. A organização dos trabalhadores volantes rurais por meio de cooperativas beneficiava somente o “empregador” – que no caso aqui seria o grande produtor –, pois quando contratasse uma cooperativa de “boias frias” não estaria diretamente estabelecendo um vínculo individual com o trabalhador, ele estaria contratando um serviço e, por isso, ficaria isento da responsabilidade dos direitos trabalhistas. A defesa dos produtores por uma cooperativa de “boias frias” era a defesa de uma nova estratégia de precarização e intensificação da exploração do trabalhador uma vez que, este não tendo contrato de trabalho, não podia reivindicar seus direitos. Com efeito, a cooperativa teria em suas “mãos” toda a carga da legalização do trabalhador temporário e, portanto, assumiria a responsabilidade por eventual quebra de direitos trabalhistas já que ela estaria como intermediária entre o contratado e o contratante.

Nessa discussão, a OCB, colocou-se como “neutra” alegando seu papel de mediadora ao promover a discussão em sua revista. Contudo, a organização que agregava as principais empresas e cooperativas empresariais não tinha como se esconder nessa “máscara” de debatedor político neutro e claramente corroborou com a intervenção dos representantes da CNA. Ao longo da publicação desse número há algumas matérias que reforçavam a tese da organização de cooperativas dos trabalhadores como estratégia de combate à pobreza e à precarização do trabalho no campo. Dessa forma, a cooperativa de setores dos subalternos servia até o ponto em que havia vantagens para as classes dominantes. A cooperativa era vista com desconfiança pela organização dos trabalhadores e da CONTAG, pois se apresentava antes como uma ressignificação estratégica na década de 1970, a serviço das classes dominantes do patronato rural brasileiro.

Na década de 80 o cooperativismo encontrava-se consolidado, veiculando o discurso cooperativista como uma das principais “soluções” para a organização da produção no campo no processo de redemocratização. Nesse momento, o cerne do

discurso veiculado pela OCB era que o cooperativismo era a forma organização administrativa e gestacional mais eficaz, superava barreiras e conflitos entre “patrão” e “trabalhador” e democratizava a distribuição dos lucros, uma vez que a cooperativa era administrada pelo princípio da gestão coletiva representativa, cuja máxima era *um homem um voto*. Desse modo, o cooperativismo seria alçado como principal modelo de verdadeira experiência democrática, pois na sua gestão contava-se com o princípio da *isonomia* entre os cooperativados, uma característica cara a democracia que engatinhava no Brasil nesse período.

Ilustração 1. Os princípios cooperativistas

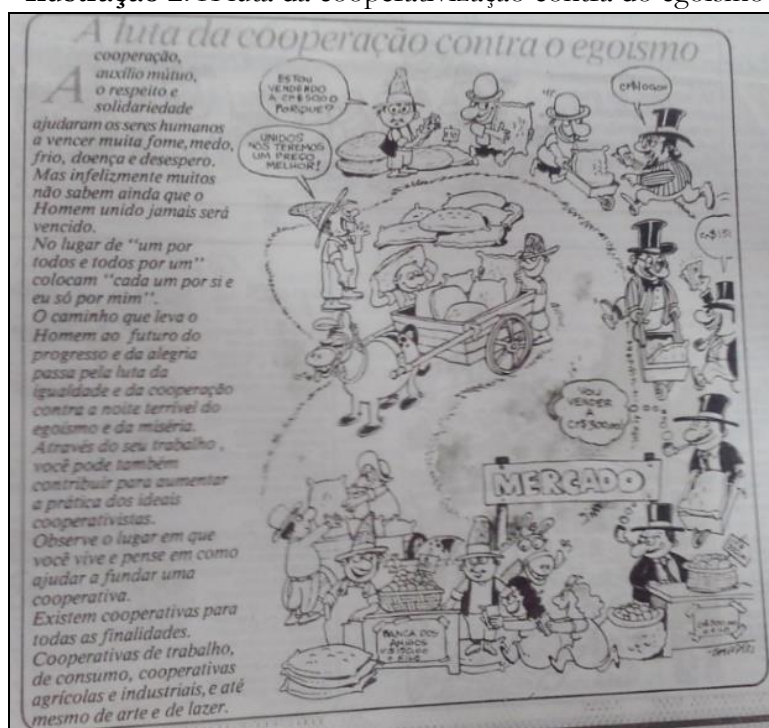


Fonte: OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS. Jornal do Cooperativismo, 1983a.

A ilustração acima foi publicada no periódico da OCB na década de 1980 e retrata muito bem os seis principais princípios veiculados pela doutrina cooperativista no Brasil nesse momento. Baseada em valores positivos como “a democracia”, “a liberdade” e o “protagonismo individual” seria possível a todos os cooperativados superar todas as dificuldades e enriquecer. Devemos ainda destacar aqui o silêncio ensurdecedor sobre as

contradições do sistema capitalista, sobretudo em relação à desigualdade da propriedade da terra e à exploração inerente do capital sobre o trabalho. A postura democrática em direção aos pequenos proprietários, sem tocar nos privilégios dos grandes produtores fica ainda mais claro na ilustração reproduzida abaixo.

Ilustração 2. A luta da cooperativização contra do egoísmo



Fonte: A LUTA DA COOPERATIVIZAÇÃO CONTRA DO EGOÍSMO. *Jornal do Cooperativismo*, 1983b.

Com o título de “A luta da cooperação contra o egoísmo” a ilustração evoca a questão da unidade entre os homens, como mecanismo de superação. Observa-se que no texto ao lado da imagem há uma clara relação entre a socialização do homem com o cooperativismo: “*A cooperação, auxílio mútuo, o respeito e solidariedade ajudaram os seres humanos a vencer muita fome, medo, frio, doença e desespero*”. O egoísmo teria corrompido a união dos “Homens” – com “H” maiúsculo – pois teria inserido o egoísmo nas relações humanas. A imagem representa duas modalidades de circulação de mercadorias. Do lado direito seria a circulação de mercadorias com intermediários “egoístas” (figurados como banqueiros ou comerciantes, que não participavam da produção) e do lado esquerdo a representação da circulação de mercadorias através do cooperativismo. Nota-se que na parte “egoísta” o

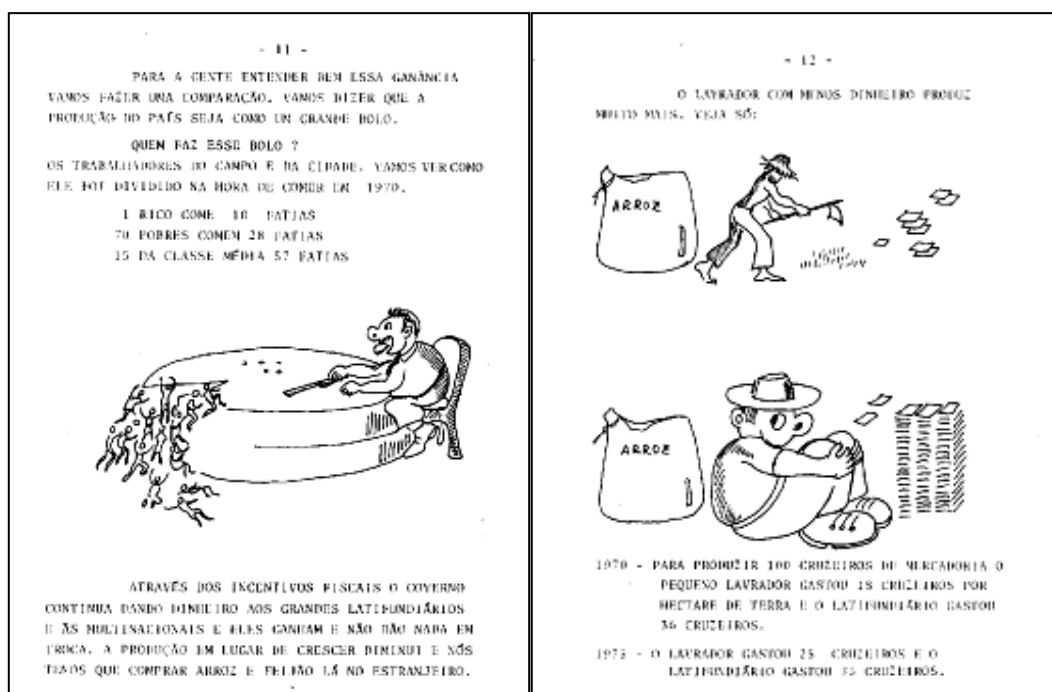
produtor seria refém e vítima do intermediário, que compraria a produção barata e venderia mais cara no “mercado”.

Em contrapartida, na parte da “cooperação” todo o processo de armazenamento, estocagem e transporte é realizado pelo conjunto de produtores associados eliminando, portanto, a intermediação. O resultado da cooperação, segundo a ilustração, seria benéfico tanto para o produtor quanto para o consumidor, uma vez que a produção tornar-se-ia mais barata no mercado e, conseqüentemente, o retorno financeiro do produtor maior. Todos os produtores (proprietários) aparecem como iguais. Não há grandes ou pequenos, não há latifundiários ou trabalhadores parcelares. Retoma expressão então corrente, e propõe ser uma ferramenta de “transformação social”, colando-se ao discurso democrático.

Esse modelo de apresentação em desenhos e com textos curtos e diretos tinha forte apelo para a comunicação ampliada e popular, transmitindo a doutrina cooperativista em linguagem clara e de fácil apreensão. Tal estratégia comunicativa era comumente utilizada pelos movimentos sociais como o da Comissão Pastoral da Terra⁸ (CPT), criado em 1975. Assim, é relevante ressaltar que o cooperativismo rural disputava espaço com os movimentos sociais contra hegemônicos e o formato de suas cartilhas e publicações demonstram uma tentativa de comunicação eficiente com a população rural. Abaixo, reproduzimos uma cartilha produzida pela CPT intitulada “O que é CPT?” do ano de 1982, que trazia a apresentação sobre a questão agrária no Brasil:

⁸ A comissão foi criada oficialmente em 1975 durante o encontro da CNBB. A CPT era uma organização nacional, de caráter religioso e que reunia também outras entidades religiosas, como as Igrejas Evangélicas, como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Contudo, desde o início da década de 1970 bispos e padres, sobretudo, nas regiões rurais do país vinham denunciando e combatendo a violência, a superexploração do trabalho e a pobreza extrema das comunidades rurais. Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, lançou ainda em 1971, uma carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” que se tornaria um importante marco dentro da Igreja Católica. Havia ainda outros padres como Leonardo Boff e Frei Betto que militavam e divulgavam a Teologia da Libertação, apoiando a formação das Comissões Eclesiais de Base (CEB's) que se tornaram um dos primeiros espaços de discussão sobre a realidade social e política entre os setores subalternos do campo (FERNANDES, 1996, p. 71-78). De certa maneira, a CPT é a materialização das ações políticas oriundas da Teologia da Libertação que via a pobreza como condição da estrutura do capitalismo “da economia e do amor ao dinheiro”. Assim, os pobres, sobretudo as comunidades rurais, deveriam ser agentes transformadores de suas realidades de pobreza através da luta política abandonando o assistencialismo e o paternalismo “de cima para baixo” (BOFF, 1996). O movimento em torno da pobreza e da justiça social promovidos pela Teologia da Libertação surgiu na América Latina na década de 1970 e se enraizou profundamente nas comunidades eclesiais de bases (CEBs).

Ilustração 3. Cartilha da CPT (1982)



Fonte: CPT, 1982.

Na obra de João Vitorino Benato intitulada “O ABC do cooperativismo” (1997), publicado pela Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) na década de 90, podemos encontrar não somente a evolução da doutrina cooperativista como ainda a incorporação argumentativa de interlocução com a crítica ao capitalismo realizada pela esquerda naquele momento. Apesar de ter sido produzida por uma organização estadual, a obra possuiu quatro edições e teve ampla circulação no Brasil e apresentava-se como um manual “doutrinário” sobre os princípios cooperativistas. Nela, já se observa o argumento da discussão da cooperativização dos trabalhadores. Benato (1997, p. 13) afirma que existem três sistemas na história: “i) o sistema capitalista; ii) o sistema socialista e iii) o sistema cooperativista”. No primeiro sistema há a valorização do capital, no segundo sistema há a subserviência do homem pelo Estado, que não pode ser livre. Somente no sistema cooperativista haveria a valorização do homem, sua real igualdade e liberdade. Portanto, a doutrina cooperativista seria uma “doutrina econômico-social” que privilegia o

“homem” e teria como objetivo: “[...] corrigir a sociedade em todos os sentidos e em todos os momentos.” (Ibidem, p. 28). Assim, ele conclui:

Enquanto a empresa privada tem, como primado, o lucro, independentemente de ser o homem explorado, enquanto a empresa pública tem, como primado, o cunho social voltado ao homem, independentemente de ser o mesmo homem explorado por impostos abusivos, a empresa cooperativa tem, como primado, a satisfação das necessidades do homem através do próprio homem. Como doutrina é a essência econômica. Como filosofia é a essência social (Ibidem, p. 150).

Ora, tal discurso possui uma dimensão de poder simbólico refinada e mascara a dominação e a exploração de classe que continua sendo reproduzida na dinâmica do cooperativismo. Diferentemente das ilustrações anteriores da década de 80, que não faz nenhuma menção ao “capitalismo”, Benato (1997) coloca o cooperativismo como uma “alternativa” viável para os trabalhadores e produtores rurais se apropriando de definições, como capitalismo e socialismo veiculadas por partidos políticos de esquerda e movimentos sociais que estavam em ascensão nos anos 90. Tal argumentação também aproxima-se muito mais do debate sobre a cooperativização dos boias frias, ao lado do discurso da CNA e do BNCC.

Seja como for, nenhuma transformação social realmente poderia ser realizada dentro da manutenção da essência do próprio capital. Dessa forma, o silogismo aqui possui longa maturação de intenso refinamento e alto grau de perversidade ao defender a superação do capitalismo pelo cooperativismo no qual a transformação social ocorreria sem nenhuma mudança na relação capital/trabalho e com a permanência da extração do mais-valor.

Devemos, por fim, enfatizar ainda que o modelo cooperativista dominante no Brasil durante esse período não foi uma resposta de segmentos subalternos à exploração e falta de amparos sociais, tal como sua origem. A doutrina cooperativista foi importada, distorcida e convertida pelas frações da classe dominante agroindustriais aos seus próprios interesses, buscando incorporar alguns segmentos de pequenos produtores, todavia, de uma maneira subordinada. Logo, este modelo de cooperativa dominante no Brasil é filhote legítimo, com todo pedigree de uma ideologia da classe dominante agrária.

COOPERATIVISMO E EXTENSÃO RURAL

A política de extensão rural no Brasil, ao lado da pesquisa agropecuária e do crédito rural, constituía a base da política agrícola empreendida pelo estado brasileiro, ou poderíamos dizer, o braço executivo da modernização conservadora da agricultura. De maneira geral o extensionismo consistia na difusão de técnicas e tecnologias agrícolas para produtores rurais, principalmente pequenos e médios proprietários de terras capazes de contrair empréstimos e implantar técnicas agrícolas (OLIVEIRA, 2017). A trajetória da extensão rural no período entre 1970-1990 fora conduzida pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que substituiu a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada ainda no governo Juscelino Kubitschek, em 1956. A empresa era uma autarquia estatal com volumosos recursos provenientes do Banco Mundial e do orçamento do Ministério da Agricultura (OLIVEIRA, 2013).

A união entre a extensão rural e cooperativismo seria próspera e duradoura. A EMBRATER e suas empresas estaduais, ao longo de toda a sua existência, propagariam a cooperativa como a principal e mais eficiente forma de organização para o pequeno produtor. Nessa seção nos concentraremos nas iniciativas entre EMBRATER e cooperativismo até 1979. Cabe apenas destacar aqui que essa relação foi intensificada ao longo dos anos e, na Nova República, em 1985, tem o seu apogeu quando Athos Almeida Lopes, diretor da OCB, foi indicado à direção da EMBRATER.

O I Programa Nacional do Cooperativismo (PRONACOOOP), com vigência entre 1976 e 1979 foi o primeiro de abrangência nacional de fôlego de larga participação da EMBRATER. A execução do PRONACOOOP seria realizada numa ação conjunta do INCRA, da EMBRATER, do BNCC e da OCB. Essa composição é curiosa, pois a OCB não era uma instituição do Estado restrito, mas sim uma agência da sociedade civil, demonstrando a consolidação de sua ascendência nas disputas pela hegemonia de “toda a classe dominante rural brasileira”, através da difusão do cooperativismo junto a todos os segmentos rurais.

Quadro 1. Programação do I PRONACOOP (1975)

	ATIVIDADES	INCRA	BNCC	EMBRATER	OCB
1	Autorizar e cancelar o funcionamento das Coop.	X			
2	Registrar as Cooperativas	X			
3	Cadastrar Cooperativas	X	X		X
4	Averbar reformas de Estatutos	X			
5	Divulgar estudos, pesquisas e estatísticas	X	X	X	X
6	Divulgar leis, documentos, portarias e resoluções	X	X	X	X
7	Auditoria	X	X		X
8	Consultoria		X		X
9	Controle e fiscalização	X			
10	Intervenção e sanções	X			
11	Proceder liquidações	X			
12	Convênios e acordos	X	X	X	X
13	Promover o cooperativismo	X	X	X	X
14	Capacitar associados em cooperativismo	X		X	
15	Estudo de viabilidade e integração	X	X	X	X
16	Assistência técnica aos cooperados			X	
17	Estimular a intercooperação cooperativa	X	X	X	X
18	Treinamento em todos os níveis	X	X	X	X
19	Financiar as cooperativas	X	X		
20	Assistência Técnica à nível de carteira e empresas	X	X	X	

Fonte: INCRA. *I Programa Nacional de Cooperativismo – PRONACOOP (76/79)*, 1975.

A quadro acima apresenta as atividades da EMBRATER e demais agências integrantes do PRONACOOP. A EMBRATER não tinha atribuições de cunho financeiro, concentrando-se sua atividade, sobretudo, na assistência técnica aos cooperados (itens 5,6,13,16,17). Outra atividade em destaque era o treinamento dos cooperativados tendo em vista que a EMBRATER contava com Centros de Treinamento herdados de sua antecessora, amplamente capilarizados no interior do país. Além disso, a EMBRATER promovia constante treinamento de seu pessoal no exterior, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA). Com isso, os técnicos da empresa eram considerados altamente qualificados com as mais modernas técnicas e tecnologias estadunidenses (EMBRATER, 1980).

As Federações de cooperativas, ligadas à OCB também promoveriam parcerias com a EMBRATER. Em março de 1976 ocorreu o Primeiro Encontro Cooperativo de

Assistência Técnica e Extensão Rural – I ECATER. O evento foi promovido pela Fecotrigo e contou com a presença do presidente da EMBRATER, Renato Simplício Lopes (*O Globo*, 15 mar., 1976, p. 27). O encontro propôs que cinco por cento das sobras líquidas das receitas das cooperativas deveriam ser aplicados ao extensionismo, através de um convênio firmado entre a Fecotrigo e a EMBRATER⁹. O documento final também recomendava o assessoramento mais intenso e permanente dos departamentos técnicos do cooperativismo ao sócio para a aquisição e o uso correto dos defensivos agrícola (Ibidem, p. 25). Esse tipo de assessoramento era especialidade da extensão rural, que tinha como uma de suas principais ações de trabalho promover campos de demonstração de defensivos agrícolas em propriedades de líderes rurais que aceitavam participar desse tipo de experimento.

A parceria entre a OCB e a EMBRATER não se limitaria ao PRONACOOP. No IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em 1980, juntamente com várias outras instituições da sociedade política como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura (CEPLAC). A EMBRATER detinha um *stand* responsável a apresentar os programas de extensão rural ligados ao cooperativismo (RNC, jan./fev., 1980, p.31). Além disso, nesse mesmo Congresso, a EMBRATER sugeriu o projeto das “pré-cooperativas” que seriam uma espécie de associação de produtores mais simples que as cooperativas em termos legais. Coube ao Ministro da Agricultura, Amaury Stábil¹⁰, em seu discurso de abertura do Congresso propor tal projeto que visava:

⁹ Diante de sua natureza jurídica de “empresa pública”, a EMBRATER dispunha de meios para a captação de recursos provenientes de doações, empréstimos e outras formas de arrecadação. Contudo, deve-se destacar que a principal fonte de recursos da empresa era do Ministério da Agricultura.

¹⁰ Paulista, formou-se em economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), onde foi colega de Antônio Delfim Netto. Desde então, ambos se tornaram amigos e aliados. Quando Delfim Netto deixou o Ministério da Agricultura, para assumir o Ministério do Planejamento, ainda no governo Figueiredo, indicou o amigo para o cargo, onde permaneceu até ser demitido com a eclosão de um escândalo de corrupção no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Dentre as realizações como Ministro contam-se a criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (1983) e a regularização das terras da região do Araguaia-Tocantins. Por outro lado, autorizou o Grupo Monteiro Aranha derrubar uma imensa área de Mata Atlântica no Espírito Santo, ensejando forte reação de setores ecologistas. Sobre a demissão do então ministro, Sebastião Nery afirma que foi criada uma empresa chamada Coalbra - Coque e Álcool de Madeira do Brasil – cujas verbas eram aplicadas no mercado

[...] despertar nas classes rurais que ainda não convivem com o cooperativismo, o interesse pela sua instituição, através da doutrinação constante e enfática, reunindo-se os produtores em agrupamentos e associações informais que, pelos objetivos visados, se resolveu denominar de “pré-cooperativas”. (A FORÇA VERDE, 1980, p.6).

A publicação oficial da EMBRATER, nesse período – o boletim informativo *Intercom* – trazia regulamente diretrizes da empresa enfocando o cooperativismo como a melhor forma de organização no meio rural brasileiro:

Será enfatizado o trabalho com organizações de produtores, especialmente cooperativas, como condições básicas para se alcançar maior abrangência e eficácia nas ações de assistência técnica e extensão rural, bem como para superar problemas decorrentes da atomização de seu próprio esforço (INTERCOM, 1979, p. 6).

Contudo, não era somente a EMBRATER a veicular seu apoio ao projeto do cooperativismo. As empresas estaduais de extensão rural criariam também diversas iniciativas com o objetivo de promovê-lo como estratégia central da organização principalmente dos pequenos e médios produtores. No final dos anos 70 a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER-SC) uniu as pequenas cooperativas para melhorar sua competitividade no mercado mediante a formação de cooperativas regionais (FURTADO FILHO; SILVA & FRANCO, 1996). No livro de comemoração dos 40 anos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)¹¹ no capítulo “A opção cooperativa”, os autores enfatizam o cooperativismo como “alternativa ideal” para pequenos e médios produtores.

O caso mais emblemático do estímulo à cooperativização promovido pela extensão rural pode ser encontrado na criação da Cooperativa Central Agrícola do Nordeste Ltda. (Cocane). Em matéria publicada pela própria revista da OCB sobre a origem e história da Cocane vemos que ela:

financeiro. A descoberta do esquema fraudulento resultou na queda de Stábile que foi substituído pelo gaúcho Nestor Jost, que promoveu a demissão em massa da equipe anterior. Da Coalbra restou um rombo de 250 milhões de dólares, e as ruínas do empreendimento na cidade de Uberlândia (MG). Na iniciativa privada trabalhou no Grupo Sharp, onde presidiu o conselho administrativo no Brasil em 1995, quando ali retornou após deixar o governo. Mudou-se para Nova Iorque, onde faleceu.

¹¹ A EPAGRI é uma fusão da antiga EMATER-SC com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC) ocorrida em 1990 com a extinção da EMBRATER, pois suas Empresas estaduais passaram à responsabilidade dos governos estaduais.

“surgiu no ano de 1967, com o nome de Cooperativa Central Agrícola de Pernambuco (Cocepe), por iniciativa de uma série organismos governamentais então ligados ao setor (Ancarpe [Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco], hoje Emater [Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco], Sudene, DAC(Departamento de Assistência ao Cooperativismo) e Inda, atual INCRA)”. (RNC, set./out., 1979, p.45-46).

O principal objetivo da recém-criada cooperativa era eliminar os intermediários na comercialização da produção de bananas e tentar diversificar a produção dos cooperados. Há ainda um fato marcante nesse episódio: o gerente da Cocane em 1974 era também extensionista concursado de uma empresa pública: “João Ribeiro agrônomo da EMATER-PE há 11 anos como gerente da Concane, narra as lutas do cooperativismo em Pernambuco. A Central, até chegar a ter sede e depósito, viveu dias sombrios, que só o empenho pessoal pôde superar.” (Ibidem, p. 47). João Ribeiro, na entrevista, chega a dizer que a empresa estadual de Pernambuco emprestou materiais próprios para o funcionamento da cooperativa.

Até 1979 – ano da publicação da matéria – João Ribeiro era agrônomo da EMATER-PE, incluso nos quadros da empresa pernambucana desde 1968 (Idem). Assim, entendemos esse como um exemplo ideal da relação orgânica entre cooperativas e extensionismo rural, uma vez que nesse episódio não houve apenas uma ajuda, mas sim o envolvimento e liderança direta de um extensionista de carreira da empresa estadual de Pernambuco na organização e direção da cooperativa.

Podemos ainda identificar essa relação orgânica entre extensão e cooperativismo nos quadros dirigentes da OCB. A entidade teve um extensionista na sua vice-presidência. Guntolf Van Kaick era um paranaense, agropecuarista, formado em agronomia, administrador de empresas e extensionista rural concursado da EMATER-SC. Em sua trajetória de vida ele foi membro da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e diretor da Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná (ASSOCEP). Foi ainda assessor técnico da Cooperativa Agrícola de Cotia, membro da Comissão Nacional de Sementes e Mudanças (Conasem) e primeiro vice-presidente do Centro de Comércio e Exportação do Paraná (CEXP), vinculado ao governo do estado.

Apesar destes membros da OCB estarem vinculados às empresas estaduais de extensão rural encontramos apenas uma referência dessa relação na alta cúpula, ou seja, verificamos um diretor da EMBRATER na década de 1980 ligado diretamente à OCB, Athos Almeida Lopes¹². A composição da diretoria da EMBRATER era formada, em sua maioria, por extensionistas de carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo vimos que o cooperativismo rural no Brasil trilhou caminhos muito divergentes de sua origem na Europa, desvinculando-se de seu caráter de resistência à exploração do trabalho no capital. Importado pelas frações da classe dominante agrária, o cooperativismo aspirou-se como importante doutrina ideológica além de um modelo prático de gestão da produção agropecuária, sendo propagado pela OCB que tornou-se a representante oficial da doutrina cooperativista no Brasil. A entidade buscou vincular nas instâncias da sociedade política, ou estado restrito, a doutrina cooperativista e foi bem-sucedida conforme podemos verificar na política de extensão rural no Brasil na década de 1970. A EMBRATER organizou projetos, seminários e ações em geral para incentivar a prática do cooperativismo entre seu público-alvo.

Na década seguinte, diante da mudança na correlação de forças políticas com o fenecimento da ditadura empresarial militar, houve o redirecionamento da deseja do cooperativismo como uma ação democrática por natureza, disputando espaço com os

¹² Formado em agronomia Athos de Almeida Lopes integrou a chapa de Paulo Bauer na disputa ao Senado, que possuía uma ligação muito forte com o setor agrícola. O pai dele, Lauro Lopes, trabalhou desde cedo na agricultura e a mãe, Maria Azir Almeida Lopes, é filha de pecuaristas. Athos nasceu e viveu até os 18 anos em Florianópolis (SC). Após concluir os estudos, foi morar em Campos Novos, no mesmo estado. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na década de 1970. Em 1975, assumiu a presidência da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (Coopercamos), foi vice-presidente, secretário e conselheiro da Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), entidade que ajudou a fundar naquele ano e onde permaneceu até 1985. Athos Almeida Lopes ajudou ainda a implantar diversas cooperativas de crédito em Santa Catarina e ocupou outros cargos importantes como a presidência da Cooperativa de Crédito Rural de Campos Novos (Credicampos) por dois anos, entre 1987 a 1989; diretor geral da Secretaria de Agricultura de Florianópolis, de 1988 a 1989; e secretário de Estado da Agricultura, em 1990. Athos Lopes também foi prefeito de Campos Novos, de 1993 a 1996. Outros cargos de destaque foram a presidência da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Epagri) durante três anos, de 2003 a 2006; a diretoria técnica da Secretaria Executiva Estadual do Projeto Microbacias. <<http://paulobauer.com.br/senador/biografia-athos-de-almeida-lobes/>> acessado no dia 21 de nov. 2014. Membro da OCB (Mendonça 2010, p. 198).

movimentos sociais rurais. Apresentava-se o cooperativismo rural empresarial como uma alternativa ao capitalismo, uma terceira via, se pudéssemos atualizar o debate.

Assim, podemos notar que o cooperativismo rural foi propagado como uma solução para segmentos expressivos de produtores alcançarem a modernização, mas não representou, de forma alguma, a “liberdade”, muito menos a “igualdade” veiculadas na retórica da doutrina cooperativista, pelo contrário, aumentou a dependência e a subordinação do produtor às cooperativas, agora com padrões de produção mais penosos e com dívidas contraídas através do crédito rural.

A quadra histórica do cooperativismo no Brasil no período de 1970-90 pode ser lida como uma das estratégias de manutenção da hegemonia das frações da classe dominante rural, estabelecendo um consenso em torno de uma couraça de “justiça social” e “isonomia” entre os cooperados. Mas a história nos mostra que nenhum processo de autonomia ou avanço das populações rurais foi alcançado com tal projeto, mas sim o enriquecimento e aumento da desigualdade fundiária no Brasil permaneceu, sob o verniz do cooperativismo.

REFERÊNCIAS

A FORÇA VERDE. Confederação Nacional de Agricultura. p. 6, Abril/Maio, 1980.

A LUTA DA COOPERATIVIZAÇÃO CONTRA DO EGOÍSMO. **Jornal do Cooperativismo**, São Paulo, p. 23, jan. 1983b

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo.** São Paulo: OCESP, 1997.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul:** uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980. 2. Ed., v.1, Porto Alegre: FEE, 1982.

BOFF, Leonardo (org.). **A teleologia da libertação, balanços e perspectivas.** São Paulo: Ática, 1996.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 dez. 1971.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm Acesso em: 18 mar. 2021.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, n. 2, p. 11-30, 1995. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/80> Acesso em: 20 mar. 2021.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985 - camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CHAYANOV, Alexander. **The theory of peasant co-operatives**. Columbus: Ohio State University Press, 1991.

CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA). “O que é CPT?”. In: **Cadernos CPT**. Ano 1, nº 2. Goiânia: CPT, 1982.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). Relatório da viagem de intercâmbio em Extensão Rural entre técnicos das associadas do Sistema EMBRATER dos Estados do Nordeste e os de Santa Catarina. **Relatório**. Brasília, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FURTADO FILHO, Dorvalino; SILVA, Francisco da Cunha & FRANCO, Homero Multion (orgs.). **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011.

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). I Programa Nacional de Cooperativismo – PRONACOOP-76/79. Brasília: INCRA, 1975.

INTERCOM. **Boletim INTERCOM**. p. 6, junho/agosto, 1979.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1919-1945)**. Niterói: EdUFF. 2002.

_____. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classe e intraclasse**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade

Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1725.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

O GLOBO. Rio de Janeiro, p. 1, 03 de out. de 1975.

O GLOBO. Rio de Janeiro, p. 25; 27, 26 de mar. de 1976.

OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS. **Jornal do Cooperativismo**, São Paulo, p. 23, jan. 1983a.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (1948-1974)**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf> Acesso em: 2 fev. 2021.

_____. **Semeando consenso com adubo e dedal: dominação e luta de classe na extensão rural no Brasil (1974-1990)**. 338 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1918.pdf> Acesso em: 1 jan. 2021.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense. 2017

RNC (Revista Nacional do Cooperativismo). OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Brasília: INCRA, p. 26; 31; 32, dez./jan. 1979.

_____. OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Brasília: INCRA, p. 11, jul./ago. 1980.

_____. OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Brasília: INCRA, p. 45-46, set./out. 1979.

_____. OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Brasília: INCRA, p. 26; 29; 31, set./out. 1980.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Submetido em março de 2021.

Aceito em agosto de 2021.